

## 7 O PORTUGUÊS EM ÁFRICA

Neste capítulo, é apresentado, em primeiro lugar, o quadro socio-histórico em que se formaram as variedades africanas do português, com particular destaque para Angola e Moçambique. Em seguida, apresentam-se as principais características que distinguem as variedades angolana e moçambicana do português europeu, a nível fónico, lexical, sintático e morfossintático.

### 7.1 Condicionamentos socio-históricos na formação das variedades africanas do português

O português constitui atualmente a língua oficial<sup>1</sup> de todos os países africanos anteriormente colonizados por Portugal, a saber: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. A escolha do português como língua oficial por países que são tipicamente multilingues prende-se basicamente com as suas potencialidades como língua “operacional” (cf. Ganhão 1979), que garante a unidade nacional, e permite, de forma mais eficaz do que as línguas locais, a comunicação internacional e a transmissão do conhecimento científico. Assim, em todos estes países, ainda que minoritário, o português constitui o principal veículo de comunicação usado na administração pública, no ensino formal e nos meios de comunicação social, sendo ainda a língua preferida pela quase totalidade dos escritores.

Ainda que a chegada dos portugueses aos diversos países africanos tenha decorrido quase integralmente na segunda metade do séc. XV (1444, Cabo Verde e Guiné-Bissau; 1471, São Tomé e Príncipe; 1482, Angola; e 1498, Moçambique), a colonização destes territórios só teve início muito mais tarde, já no séc. XIX. Por essa razão, na altura da independência destas colónias (1975), o português era usado por uma baixa percentagem de falantes, tipicamente como **língua segunda (L2)**<sup>2</sup>. Embora não se disponha de dados quantitativos rigorosos, pode dizer-se que o português

<sup>1</sup> Língua usada pelo governo e instituições públicas na comunicação a nível nacional e internacional. Em comunidades multilingues, como é o caso dos países africanos em geral, a “língua oficial” nem sempre é a língua materna da maior parte dos cidadãos.

<sup>2</sup> Usa-se a designação “língua segunda” para fazer referência às línguas não maternas que têm um papel institucional e social, usadas em comunidades multilingues, em contraste com as chamadas “línguas estrangeiras” que, sendo igualmente línguas não maternas, são apenas usadas em ambiente escolar ou em situações pontuais de comunicação.

tem uma relevância menor nos países em que emergiram línguas crioulas<sup>3</sup> – Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe –, onde estas constituem o principal veículo da comunicação oral para a grande maioria da população. A título de exemplo, segundo dados do censo populacional de 1979, a percentagem de falantes de português/L2 na Guiné-Bissau era de 11,1%, sendo o crioulo falado por 44,4% dos guineenses (cf. Henriques 1985:235). Em Angola e Moçambique, países situados na zona das línguas bantas<sup>4</sup>, na ausência de uma língua materna (L1) comum, o português é muito usado na comunicação oral, sobretudo no meio urbano. Assim, Mendes (1985:46) admite que um terço da população angolana fala português, como L1 ou L2, e, de acordo com dados do Censo populacional de 2007, o número de falantes de português em Moçambique, como L1 e L2, é de cerca de 50%.

Neste capítulo, dedicado ao português em África, será dada particular atenção aos fatores socio-históricos que condicionam a situação da língua portuguesa em Angola e Moçambique, assim como às propriedades gramaticais que distinguem as variedades do português que estão a emergir nestes dois países. Os restantes países africanos de língua oficial portuguesa não serão aqui incluídos: o objetivo é fornecer alguns contributos para o conhecimento do português em África, e não apresentar um estudo exaustivo<sup>5</sup>.

#### 7.1.1 A colonização de Angola e Moçambique

Durante vários séculos, as colónias de Angola e Moçambique ocuparam uma posição periférica no conjunto dos territórios dominados por Portugal, cujo governo estava, nessa época, mais virado para o Brasil e para a Índia, regiões economicamente mais atraentes. Assim, por exemplo, no que se refere a Angola, esta funcionou essencialmente como base para o fornecimento de escravos para o Brasil durante os sécs. XVII, XVIII e XIX, tendo chegado a ser caracterizada como uma colónia do Brasil, mais do que de Portugal (cf. Davidson 1972:97). Quanto a Moçambique, a sua posição periférica pode ser ilustrada pelo facto de, até meados do séc. XVIII (1752), esta colónia ter sido governada a partir da Índia, e não diretamente por Portugal. Em síntese, como afirmam Oliver e Fage ([1962] 1980:209), excetuando cinco ou seis cidades, «a Angola e o Moçambique portugueses dificilmente se poderiam considerar colónias no sentido moderno do termo, mas antes reservas comerciais mal definidas que se estendiam para o interior do continente [africano]».

A posição periférica de Angola e Moçambique durante grande parte do período colonial implicou um atraso considerável no controlo político-militar destes territórios e no processo da sua colonização em geral. Com efeito, a ocupação efetiva

<sup>3</sup> Para uma definição de língua crioula, cf. Cap. 4.

<sup>4</sup> As línguas bantas fazem parte de uma família linguística de cerca de 1400 línguas, designada Níger-Congo, que ocupa quase toda a região da África austral e ocidental (cf. Heine e Nurse 2000). Embora exista ainda alguma polémica relativamente ao número de línguas bantas faladas em Angola e Moçambique, estima-se que, em Angola, sejam faladas nove línguas diferentes e que, em Moçambique, existam cerca de vinte (cf. Bonvini 1994 e Mingas 2000 para Angola, e Siteo e Ngunga 2000 para Moçambique). Nestes países, o adjetivo *bantu* é geralmente ortografado <bantu>, e é invariável em género e número (exemplo: *línguas bantu*).

<sup>5</sup> Para informação sobre os estudos já disponíveis sobre o português de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, vejam-se as bibliografias – em permanente atualização – disponíveis em <http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=variedades-nao-europeias>, preparadas por Nélia Alexandre e Rita Gonçalves. Veja-se ainda Bacerlar do Nascimento et al. (2008), onde, com base em cinco *subcorpora* comparáveis, se apresenta o primeiro estudo comparativo, a nível do léxico e da gramática, das variedades africanas do português de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

destas colónias teve início apenas a partir da segunda metade do séc. XIX, altura em que são desencadeadas as chamadas campanhas de “pacificação”. A colonização maciça de Angola e Moçambique, por sua vez, ocorre já em meados do séc. XX. Por exemplo, nos anos 50-60, chegam a Moçambique cerca de 140 000 colonos, e nos anos 60-65, chegam 270 000 colonos a Angola. No final deste processo de colonização tardia, a percentagem de colonos continuava muito reduzida, não atingindo os 10% em Angola e sendo inferior a 2% em Moçambique (cf. Ribeiro 1981:390).

A definição de uma política educacional para as colónias portuguesas, através da qual pudesse ser desencadeada a difusão sistemática do português, só ocorreu em 1930, tendo sido adotado o modelo “assimilacionista” francês, segundo o qual a língua colonial deveria ser a única língua de contacto no ensino e o instrumento que propicia a assimilação cultural (cf. Barreto 1977). O português tornou-se, assim, a única língua autorizada nas escolas, ficando o uso das línguas bantas reservado para a instrução religiosa. Contudo, a criação de escolas que assegurassem a difusão da língua portuguesa só tem início muito mais tarde, pelo que em meados dos anos 40 o número de escolas era ainda insignificante tanto em Angola como em Moçambique. Só na década de 60-70 se registou um crescimento considerável nos vários níveis de ensino (primário, secundário e técnico-profissional). O Quadro 1 permite avaliar mais claramente este processo de expansão da rede escolar (cf. Mateus 1999:212, Quadro IV):

GRAUS	ANOS	NÚMERO DE ESCOLAS	
		ANGOLA	MOÇAMBIQUE
Primário	1945	96	92
	1955	133	104
	1965	1944	323
	1973	2990	4037 <sup>6</sup>
Secundário	1945	2	1
	1955	2	6
	1965	9	12
	1973	77	28
Técnico-profissional	1945	3	8
	1955	12	14
	1965	32	21
	1973	59	20

Quadro 1 – Escolas dos vários graus de ensino oficial (1945-73)

<sup>6</sup> Neste quadro não se conservou o número fornecido por Mateus (1999:212), de 1190 escolas primárias, uma vez que ele contraria dados fornecidos pela mesma autora (ibid.:209), onde se indica que, em 1972-73, o número de escolas oficiais era de 4037. Por outro lado, o número que aqui se apresenta está mais de acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo Ministério da Educação de Moçambique, que apontam, para os anos de 1974-75, a existência de 5235 escolas no país.

Em 1973, o total de alunos que frequentavam os diferentes graus de ensino representava cerca de 1% do total da população, quer em Angola quer em Moçambique (cf. Mateus 1999:217, Quadro IX).

Sintetizando, em consequência do atraso no processo de colonização de Angola e Moçambique, na altura da independência, a língua portuguesa era praticamente desconhecida da maior parte da população destes países, particularmente nos meios rurais, onde a presença portuguesa se fez sentir de forma muito ténue.

### 7.1.2 O período pós-colonial

A partir da independência, teve início um importante processo de difusão e valorização do português, tanto em Angola como em Moçambique. A associação desta língua com o prestígio e a ascensão social, já presente na época colonial, não só não desaparece com a independência, como, pelo contrário, é reforçada. Segundo Firmino (2002:231), referindo-se ao processo moçambicano, tal reforço deve-se ao facto de o português «ter sido envolvido num novo quadro ideológico, que o promoveu e adotou como um importante símbolo de unidade nacional e como língua oficial». Em consequência desta situação, e também devido a uma forte expansão da rede escolar, o uso do português alargou-se consideravelmente em termos de contextos de utilização e de utentes, passando gradualmente a penetrar nos domínios chamados “baixos”<sup>7</sup> (p.e., conversas informais nas ruas ou mercados, etc.). As novas gerações das classes mais favorecidas dos centros urbanos já não aprendem línguas bantas, estando, assim, a emergir uma comunidade de falantes que não só comunicam entre si exclusivamente em português (mesmo que esta não seja a sua L1), como escolhem esta língua como a única a transmitir às novas gerações.

Este alargamento das funções e dos contextos de utilização do português traduziu-se naturalmente por um aumento significativo do número de falantes desta língua. Assim, no que se refere mais particularmente ao caso moçambicano, os dados dos censos populacionais de 1980, 1997 e 2007 mostram que, num período de quase trinta anos, a percentagem de falantes de português como L1 quase decuplicou, e os falantes desta língua como L2 passaram a representar perto de 50% da população moçambicana (cf. Firmino 2001 e Instituto Nacional de Estatística 2010).

FALANTES	1980	1997	2007
Português como L1	1,2%	6,5%	10,7%
Português como L2	24,4%	33%	39,7%
Português como L1 e L2	25,6%	39,5%	50,4%

Quadro 2 – Evolução da percentagem de falantes de português em Moçambique

O aumento do número de falantes de português em Angola como em Moçambique criou condições para o desencadeamento do que pode chamar-se o processo de “nativização” (Kachru 1986) desta língua, passando a evidenciar-se de forma mais regular e sistemática as inovações relativamente ao padrão europeu.

<sup>7</sup> Termo técnico proposto por Ferguson (1972), para quem a variedade “baixa” de uma língua é aquela que é aprendida em casa ou em ambiente de amigos e é usada em contextos informais.

## 7.2 As variedades angolana (PA) e moçambicana (PM) do português

### 7.2.1 Limites e alcance da caracterização

Dados os condicionamentos socio-históricos que subjazem à formação das variedades africanas do português, estas só começam a ganhar um formato mais consistente nos últimos vinte anos do séc. XX. Em traços muito gerais, pode dizer-se que devido ao facto de se tratar de variedades não nativas, tipicamente adquiridas como L2 num contexto em que quase não há exposição à norma-padrão europeia, se desencadeia um conjunto de efeitos de relevo no processo de variação e mudança que as caracteriza. Isto deve-se, em parte, à falta de acesso a dados robustos sobre a gramática do português europeu padrão, o que dificulta, em certos casos, o processo de re-estruturação gramatical que deveria conduzir a uma convergência com essa norma, dando assim origem à estabilização de novas propriedades gramaticais.

Assim, para além de estas variedades mudarem de forma mais radical do que as línguas adquiridas em contextos monolíngues, pode salientar-se, em primeiro lugar, que, como consequência de este processo ocorrer em situação de contacto linguístico com as línguas bantas, as línguas maternas da maior parte da população, muitas das inovações relativamente à norma europeia resultam da interferência, direta ou indireta, da gramática destas línguas. Esta interferência manifesta-se não tanto pela criação de novas palavras, mas sobretudo por alterações nos traços fonéticos e fonológicos, morfológicos e sintáticos do sistema gramatical do português europeu (PE)<sup>8</sup>.

Em segundo lugar, é necessário assinalar que uma consequência não trivial da situação de L2 do português é uma variabilidade maior dos traços gramaticais que caracterizam esta variedade do que aquela que se verifica em línguas faladas em contextos monolíngues. Esta variabilidade evidencia-se quer na maneira pouco regular e sistemática com que estes traços se manifestam na produção linguística dos falantes angolanos e moçambicanos, quer na frequente falta de coerência entre as produções dos falantes, orais ou escritas, e os juízos de gramaticalidade que estes emitem quando submetidos a procedimentos experimentais, nomeadamente testes de gramaticalidade.

Assim, pode dizer-se que, no momento atual, o discurso dos falantes do PM e do PA é gerado não só por regras destas “novas” gramáticas, mas também da gramática do PE<sup>9</sup>. Na descrição que se segue, serão apresentadas as características que distinguem as variedades angolana e moçambicana do PE, mesmo que elas não sejam típicas do repertório linguístico de todos os falantes, ou mesmo que não ocorram em todas as situações de comunicação. Serão, assim, selecionados os traços gramaticais que apresentam caráter mais estável e se distribuem de forma mais regular pela comunidade de locutores. Sempre que relevante (e possível), destacar-se-ão os casos em que a caracterização apresentada se refere a um tipo particular de falantes (p.e., instruídos vs. não instruídos) ou de discurso (p.e., formal vs. corrente).

<sup>8</sup> Cf. Gonçalves e Siteo (1999) sobre o caso específico do PM.

<sup>9</sup> No que se refere mais especificamente ao PM, diversos autores afirmaram já que este apresenta um amplo espectro de variação, que inclui desde as subvariedades populares (ou “baratas”) às subvariedades de falantes educados, mais próximas do padrão europeu (cf. Firmino 2002, Dias 2002). À semelhança do que acontece com outras variedades de línguas coloniais, estas subvariedades distinguem-se não tanto pela presença ou ausência de um certo traço gramatical, mas antes pela frequência da sua ocorrência (cf. o estudo de Mesthrie 1992 sobre o inglês indiano da África do Sul, onde é descrita esta dinâmica da variação linguística).

É importante assinalar que, devido ao caráter relativamente recente da implantação social do português em Angola e Moçambique, a investigação sobre o processo de variação e mudança desta língua nestes países tem igualmente uma história recente. Como consequência desta situação, algumas áreas gramaticais estão ainda pouco estudadas<sup>10</sup>, não permitindo uma caracterização abrangente das gramáticas do PM e do PA<sup>11</sup>.

Note-se, por último, que nesta descrição não será possível tratar com o mesmo nível de profundidade as gramáticas do PM e do PA, dado que são em número reduzido as caracterizações, gerais e empiricamente fundamentadas, da variedade angolana do português. Os estudos atualmente disponíveis sobre o PA ou apresentam breves listas de alguns traços mais salientes da sua gramática (cf. Marques 1985) ou se referem a uma subvariedade particular (cf. Mingas 2000, Miguel 2003). Por outro lado, nos casos em que são apresentadas descrições do PA de alcance mais geral, a base empírica é constituída por textos literários, que dificilmente podem ser considerados representativos da gramática da língua oral, tal como foi fixada pela comunidade de falantes desta língua (cf. Mendes 1985, Gärtner 1989, 1996).

Dadas estas limitações, e tendo em conta que, tal como foi já assinalado, tanto o PM como o PA estão a formar-se em contacto com línguas bantas, admite-se que, pelo menos no que se refere às alterações não lexicais (isto é, fonéticas e fonológicas, morfossintáticas e sintáticas), estas duas variedades do português partilhem muitas das suas propriedades gramaticais. Assim, na descrição que se segue, embora tomando como alvo a gramática do PM, considera-se que muitas das propriedades gramaticais do PM são generalizáveis ao PA. Admite-se, contudo, que haja propriedades do PM que não se observam em PA, pelo que as generalizações aqui apresentadas relativamente ao PA devem ser tomadas como hipóteses, a serem validadas por uma pesquisa mais aprofundada desta variedade africana do português. Admite-se, por outro lado, que haja fenómenos que se registam apenas no PA, não sendo, por isso, possível caracterizá-los a partir do PM. Neste caso, na descrição que se segue, sempre que os dados disponíveis o permitem, são sugeridas hipóteses sobre propriedades específicas do PA.

A base empírica usada nos vários estudos em que se fundamenta a descrição do PM é constituída por entrevistas orais a falantes de português de várias regiões do país, e por dados escritos extraídos de jornais e revistas moçambicanos. Quanto ao PA, sempre que possível, fornecem-se abonações extraídas de dados orais, havendo casos em que os exemplos são extraídos de textos escritos, literários ou não<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Está neste caso, por exemplo, a área da fonética e fonologia, apesar de nela se registarem importantes fenómenos de variação e mudança relativamente ao PE.

<sup>11</sup> Para informação sobre os estudos já disponíveis sobre o PM e o PA, vejam-se as bibliografias – em permanente atualização – disponíveis em <http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=variedades-nao-europeias>, preparadas por Perpétua Gonçalves e Francisco Vicente (PM) e Liliana Inverno (PA).

<sup>12</sup> Os dados orais foram extraídos dos seguintes *corpora*: para o PM, *corpora* recolhidos no âmbito das pesquisas de Gonçalves (1990) (*corpus* Gonçalves) e do projeto “Panorama do Português Oral de Maputo” (*corpus* PPOM); para o PA, foram usados dados do *corpus* África (CA). As abonações de textos escritos estão seguidas das respetivas referências e, sendo caso disso, dos *corpora* de onde foram extraídas. Em alguns casos, devidamente assinalados, os dados orais foram extraídos de Miguel (2003). As citações de textos literários do PA foram extraídas de Mendes (1985) e Gärtner (1989, 1996). Neste capítulo, as referências às fontes orais de que foram extraídos os exemplos são feitas nesta nota, e não a seguir aos exemplos, como é feito noutros capítulos desta Gramática, para não quebrar a leitura contrastiva com as construções equivalentes do PE.

## 7.2.2 Aspetos fónicos

No conjunto dos estudos já disponíveis sobre o PM e o PA, quase não figuram pesquisas sobre os aspetos fónicos que os distinguem do PE. Nesta secção, tomando como base os poucos dados que se conhecem sobre esta área em PM e em PA, será apresentada uma caracterização que permita dar conta das principais tendências que se registam<sup>13</sup>.

Como foi já aqui referido, a fonética e a fonologia estão entre as áreas onde se espera que ocorram fenómenos de interferência das línguas maternas dos falantes, as línguas bantas. A seguir, referem-se alguns desses casos.

### ❖ Padrão silábico

Todas as línguas bantas de Angola e Moçambique fixam como padrão silábico a sequência consoante-vogal, podendo admitir-se que esta propriedade deixa marcas na produção linguística dos falantes do PM e do PA. Está neste caso a tendência a estabelecer a sequência consoante-vogal como estrutura típica da sílaba. Este fenómeno desencadeia efeitos diversos no sistema fónico destas variedades do português, destacando-se particularmente a tendência a introduzir uma vogal a seguir a sílabas terminadas em consoante, sobretudo em final de palavra. Em PM, há tendência a introduzir a vogal [i], ao passo que em PA é usada mais frequentemente a vogal [e]. Assim, palavras do PE como *abrir* ou *dificuldade* são pronunciadas em PM como [abrírri] e [difikulidádi]. Por sua vez, palavras do PE como *beber*, *final* ou *açorda* podem ser pronunciadas em PA como [bebére], [finále] e [asóreda]. Além disso, verifica-se que os falantes menos instruídos podem introduzir uma vogal no interior de grupos consonânticos que são iniciais de sílaba em PE. Tanto quanto os dados disponíveis mostram, a vogal inserida constitui uma “cópia” da vogal tónica da palavra em questão. Assim, palavras do PE como *patrão*, *flor* ou *ritmo* podem ser pronunciadas em PM e em PA como [patarêw], [folóri] e [rítimu]. Refira-se, por fim, que a adoção do padrão silábico consoante-vogal pode também explicar a tendência a usar as vogais [e] e [i], mais salientes, nos casos em que, em PE, devido à supressão frequente da vogal [i] (sobretudo na fala coloquial; cf. Mateus et al. 2003), ocorrem sequências consonânticas inesperadas ou consoantes que, noutras circunstâncias, não ocorreriam em final de sílaba. Em PM e em PA, o uso das vogais [e] e [i] em lugar de [i] parece, assim, constituir uma estratégia que permite assegurar a conservação do padrão consoante-vogal, seja em sílabas iniciais, mediais ou finais de palavra. O quadro que se segue resume este contraste:

PALAVRA	PE (Fala coloquial)	PM OU PA
querido	[kírídu]	[kírídu] ou [kerídu]
pesado	[pzádu]	[pezádu]
pequenino	[pknínu]	[pekenínu]
disse	[dís]	[dísí]
fome	[fóm]	[fómi]
debate	[dbát]	[debáti]

Quadro 3 – Variações na pronúncia correspondente ao som [i] do PE

<sup>13</sup> Cf. Dias (2002) e Gonçalves (2001) sobre o PM, e Mendes (1985) e Mingas (2000) sobre o PA.

❖ Vogais átonas

A tendência para as vogais que são átonas em PE serem pronunciadas como vogais abertas ou semiabertas é igualmente de assinalar. Estão neste caso as vogais [ɐ] e [u] (esta última apenas em sílabas pretónicas), que tendem a ser pronunciadas como [a] e [o], respetivamente. Por exemplo, palavras do PE como *bocado*, *aluno* ou *colega* podem ser pronunciadas como [bokádu], [alúnu] e [koléga].

❖ Vogal [e] em contextos que em PE requerem [ɐ]

Pode ainda apontar-se a tendência a pronunciar o som [e] em contextos que em PE requerem [ɐ], seja em ditongos orais seja quando esta vogal precede uma consoante palatal. Assim, palavras como *primeiro* ou *cerveja*, que em PE, variante-padrão de Lisboa, se pronunciam [priméjru] e [sirvézɐ], são pronunciadas em PM e em PA como [priméjru] e [servéza].

❖ Influência de traços de línguas bantas específicas

Note-se ainda que alguns dos traços fónicos que se observam em falantes do PM e do PA são produzidos por influência de traços de uma língua banta específica. Por exemplo, ao contrário do que acontece noutras línguas bantas de Moçambique, o macua não contém as consoantes oclusivas vozeadas [b], [d] ou [g] (cf. Siteo e Ngunga 2000). Como consequência, os falantes de PM que têm o macua como L1 tendem a pronunciar as palavras do PE *gado* ou *bolo* como [kátu] e [pólu]. Um outro exemplo pode ser encontrado em falantes do PM com língua materna changana, cujo sistema fonológico possui apenas a vibrante múltipla [r] e não tem uma vibrante simples [r] (cf. Siteo e Ngunga 2000). Como consequência, estes falantes pronunciam palavras do PE como *areia* ou *herói* como [aréja] e [erój], podendo ainda acontecer que, provavelmente por um fenómeno de hipercorreção, em palavras como *carro* ou *morrer*, o [r] seja pronunciado como [r].

Estas são algumas das características do sistema fónico do PM e do PA, que, na ausência de estudos consistentes sobre esta área da sua gramática, podem ilustrar tendências do processo de diferenciação destas variedades relativamente ao PE.

### 7.2.3 Aspetos lexicais

No conjunto de fenómenos lexicais que distinguem o PM e o PA da norma europeia, observam-se dois grandes tipos de inovações: por um lado, a criação de novas palavras, resultantes de empréstimos (às línguas bantas, sobretudo) ou da aplicação inovadora de afixos derivacionais a bases do PE ou a bases tomadas de empréstimo; por outro lado, a atribuição de novos valores semânticos a palavras já pertencentes ao léxico do PE.

❖ Criação de novas palavras por empréstimo

No que diz respeito aos empréstimos, verifica-se que estes surgem em geral nos casos em que o léxico do PE não proporciona meios para a referência a realidades específicas de Moçambique ou Angola, relativas à cultura (práticas religiosas, instrumentos musicais, pratos típicos), à fauna, à flora, e ainda a atividades económico-sociais típicas das sociedades moçambicana e angolana. Na fase atual, o aspeto interessante a assinalar, no que se refere ao PM, é que poucos são os neologismos plenamente integrados no seu léxico, para além daqueles que eram já reconhecidos

e usados no tempo colonial, como é o caso de palavras como *machamba* 'terreno cultivado', *matope* 'lama', *maçala* 'fruto'.

Na maior parte dos empréstimos recentes, usados em textos escritos (p.e., jornais), são adotadas estratégias que mostram que se trata ainda de palavras não plenamente assumidas como pertencendo ao léxico do português. Está neste caso o uso de aspas ou de caracteres em itálico, destinados a destacar graficamente que se trata de neologismos (cf. (1)). Uma outra evidência do não reconhecimento dos empréstimos como parte do léxico do PM consiste no facto de estes não serem tratados de acordo com a morfologia flexional do português (cf. (1b), onde se tem *timbila* em vez de *timbilas*):

- (1) a. nos "dumba-nengue" também se vendem eletrodomésticos (*dumba-nengue* = mercado informal)  
 b. os dançarinos podem parar de dançar para cantar em coro com as *timbila* (*Música Tradicional*) (*timbila* = instrumento de percussão)

❖ Produtividade lexical com base em palavras do PE

Quanto aos casos de produtividade lexical com base em palavras do PE, os dados do PM disponíveis não permitem ainda estabelecer, de forma clara, quais as regras morfológicas que têm tendência a ser aplicadas de forma mais sistemática. No momento atual, apenas é possível constatar que predomina a derivação sufixal, dando origem a unidades do léxico inexistentes em PE<sup>14</sup>. Vejam-se os seguintes exemplos do PM:

- (2) a. Formação de um verbo a partir de uma base nominal  
 PM: confus(ão) > *confusionar*<sup>15</sup> (PE: *arranjar confusões*); móbil(a) > *mobiliar*; estil(o) > *estilar* 'exibir-se'  
 PA: churrasc(o) > *churrascar* (PE: *fazer um churrasco*); boca > *bocar* 'contar o que se ouviu dizer'  
 b. Formação de um nome a partir de uma base verbal ou nominal<sup>16</sup>  
 PM: empresta(r) > *emprestação* (PE: *empréstimo*); ajuda(r) > *ajudamento* 'ajuda'  
 PM: cabel(o) > *cabelaria* (PE: *cabeleireiro*)

No caso dos sufixos nominalizadores, em PM, o seu uso, em geral associado à formação de nomes abstratos, parece revelar que os falantes ou não adotam as palavras do PE formadas por um processo de "conversão" (cf. Cap. 59), também chamado "derivação regressiva" (cf. PM *ajudamento* vs. PE *ajuda*), ou recorrem a formações regulares mas que redundam em palavras inexistentes em PE, já que, na variedade europeia, a sua formação foi diversa (cf. PM *emprestação* ou *cabelaria*<sup>17</sup>).

<sup>14</sup> Note-se que, apesar de se referir frequentemente a palavra *desconseguir* como exemplo que ilustra a vitalidade das inovações lexicais do PM, nem a prefixação em geral nem o prefixo *des-* em particular são produtivos nesta variedade do português.

<sup>15</sup> Em PM, este verbo usa-se no discurso coloquial, em frases do tipo: *esse miúdo só gosta de confusionar*.

<sup>16</sup> Note-se que os dados orais e escritos do PA mostram a ocorrência de um número considerável de nomes formados a partir de bases verbais, nominais e adjetivais. Exemplos: *angariamento*, *premiação*, *cadastramento*, *positivização*. No momento atual, não é ainda possível apresentar generalizações sobre as regras morfológicas aplicadas de forma mais sistemática.

<sup>17</sup> Como se pode verificar, embora estas duas palavras não façam parte do léxico do PE, elas estão formadas de acordo com regras morfológicas existentes em PE. Com efeito, no caso de *emprestação*, o sufixo *-ção* foi

❖ Inovações lexicais que afetam palavras já existentes em PE

No que se refere às inovações lexicais que afetam palavras já existentes no léxico do PE, verifica-se que ou ocorre a modificação dos seus significados básicos, ou são alteradas as suas propriedades lexicais, de seleção semântica ou categorial<sup>18</sup>.

Em PM e em PA, as alterações de natureza semântica – que afetam quer o significado das palavras, quer as suas propriedades de seleção semântica –, apesar de frequentes na linguagem corrente, apresentam ainda um carácter muito disperso. Vejam-se os seguintes exemplos do PM e do PA:

- (3) a. PM: eu não sou boa *historiadora* ('contadora de histórias', e não, como em PE, 'aquela que escreve sobre história')
- b. PM: alguns não conseguiam *apanhar sono* ('adormecer')
- c. PA: aquela família que era *possessa* da pulseira ('possuidora')
- d. PA: as crianças estavam assim bem *inundadas* com o vício ('cheias de vício', 'metidas no vício')

Saliente-se, contudo, que algumas unidades lexicais particulares têm tendência a estabilizar como parte do repertório lexical das comunidades angolana e moçambicana de falantes de português. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (4) a. PM: *negar* 'recusar': o namorado *negou* assumir o namoro
- b. PM: *dialeto* 'língua banta moçambicana': não sei falar *dialeto*
- c. PM: *antepassado* 'anterior a um período passado': vi o Dino na semana *antepassada*
- d. PA: *ter* 'haver': aqui *tem* muitas, muitas senhoras que vendem e são do sul
- e. PA: *assistir* 'ver': confessou ter já *assistido* vários documentários sobre Angola (CRPC, CA, *Jornal de Angola*)

A finalizar esta apresentação panorâmica das alterações lexicais que distinguem o PM e o PA do PE, vale a pena ressaltar que, pelo facto de a criação lexical estar frequentemente associada a processos histórico-sociais, se torna difícil predizer quais as inovações que virão a ser efetivamente integradas no léxico destas variedades africanas emergentes. A título ilustrativo, podem referir-se os neologismos surgidos em Moçambique no período pós-independência (1975-1986, aproximadamente), hoje quase desaparecidos do léxico corrente:

- (5) a. *continuador* 'criança, aquela que dá continuidade à revolução'
- b. *abastecimento* 'conjunto de produtos básicos de consumo – p.e., arroz, óleo, sabão – distribuídos a cada agregado familiar pelas lojas do Estado'

associado a uma base verbal, tal como acontece em palavras do PE como *apresentação* ou *deformação*; no caso de *cabelaria*, o sufixo *-aria* foi aplicado à base nominal *cabel-* (tal como acontece em palavras do PE como *livraria* ou *peixaria*) e não à base *cabeleir-* (como em PE, *cabeleireiro*).

<sup>18</sup> Recorde-se que a seleção categorial, ou subcategorização, diz respeito à classe sintagmática dos complementos de um predicador; assim, p.e., o verbo *pensar* subcategoriza um sintagma preposicional iniciado por *em* (como em *pensar num problema*); o verbo *ler* subcategoriza um sintagma nominal objeto direto (como em *ler um livro*), etc.

## 7.2.4 Aspectos sintáticos

Na área da sintaxe, podem distinguir-se, por um lado, os fenómenos de interface léxico e sintaxe, e, por outro, os fenómenos sintáticos em sentido mais restrito.

### 7.2.4.1 Fenómenos de interface léxico-sintaxe

As alterações que envolvem o léxico e a sintaxe afetam sobretudo as propriedades de seleção categorial dos itens lexicais, mais particularmente os verbos, alterando por vezes também o seu significado. Além disso, registam-se igualmente inovações nas condições de utilização do pronome pessoal *se* (e outros pronomes do paradigma reflexo) em frases não reflexas.

Na fase atual, as mudanças que atingem as propriedades de seleção categorial dos verbos cobrem um conjunto às vezes amplo de entradas lexicais, sendo já possível estabelecer uma tipologia de fenómenos com tendência a estabilizar em PM e em PA.

❖ Seleção categorial dos itens lexicais

❖ Supressão de preposições

Em primeiro lugar, destaca-se a tendência para a supressão de preposições que, em PE, regem complementos verbais com a função gramatical de complemento indireto ou oblíquo (cf. Cap. 28)<sup>19</sup>. Isto significa que em PM e em PA se dá a conversão de complementos preposicionados do PE em complementos diretos. Vejam-se os exemplos:

- (6) Complemento indireto
  - a. PM: chegou na sala, entregou o *emissário* a carta (PE: *ao emissário*)
  - b. PA: depois dos resultados do recurso que dá razão o *clube encarnado* (PE: *ao clube*)
- (7) Complemento oblíquo
  - a. PM: ninguém protestou a *iniciativa* (PE: *contra a iniciativa*)
  - b. PM: até há filhos que batem os *pais* (PE: *nos pais*)
  - c. PA: estão sempre a conversar a *mesma coisa* (PE: *sobre a mesma coisa*)
  - d. PA: para penetrar *determinadas camadas* (PE: *em determinadas camadas*)

❖ Variante transitiva de verbos intransitivos em PE

Em segundo lugar, regista-se a tendência a estabelecer uma variante transitiva de verbos que, em PE, são intransitivos, passando estes a funcionar como verbos de alternância causativa<sup>20</sup>. Vejam-se os exemplos:

- (8) a. PM: aquele rapaz estava sempre disposto a [ele] *evoluir* a sua aldeia ('fazer evoluir'; sem contraparte em PE: *evoluir* = verbo intransitivo)

<sup>19</sup> Veja-se Gonçalves (1990:77ss) para os fenómenos que atingem o complemento indireto. Para os casos de supressão das preposições que regem complementos oblíquos, veja-se Gonçalves (1996, 2004). Note-se que, em PA, esta não parece ser uma tendência tão forte como em PM, uma vez que vários autores referem a regência do complemento indireto pela preposição *em* (cf. Mingas 2000, Mendes 1985), um fenómeno não atestado em dados do PM. Exemplos: *trouxe as armas para entregar no pai* (PE: *ao pai*); *não pode pedir ajuda nos seus clientes?* (PE: *aos seus clientes*); *telefonem na polícia* (M. Rui, *Quem me dera ser onda*) (PE: *à polícia*).

<sup>20</sup> Cf. Caps. 13 e 28 sobre este tópico. Para uma análise mais aprofundada deste fenómeno em PM, veja-se Gonçalves (2004).

- b. PA: tu também podes *nascer* um filho como eu (U. Xitu, *Vozes*, pág. 74) ('gerar'; sem contraparte em PE: *nascer* = verbo intransitivo)

Como consequência dos fenómenos exemplificados em (6), (7) e (8), em PM e em PA, regista-se um aumento considerável das estruturas transitivas. Uma consequência sintática deste fenómeno é a possibilidade de formar frases passivas em casos excluídos pelo PE. Exemplos<sup>21</sup>:

- (9) a. O emissário *foi entregue* a carta.  
b. Os pais *são batidos* pelos filhos.  
c. Um filho também pode *ser nascido* por ti.

[1] No caso dos verbos que, em PE, selecionam um complemento direto e um complemento indireto, a supressão da preposição *a*, em PM, dá origem às chamadas construções de duplo objeto. Nestes casos, e tal como é ilustrado em (6a), o complemento indireto ocupa geralmente a posição adjacente ao verbo. Note-se que esta construção é muito produtiva em inglês, alternando com a construção em que o complemento indireto é introduzido por preposição (cf. *John gave the book to Mary* vs. *John gave Mary the book* 'o João deu o livro à Maria'). A supressão da preposição *a*, que em PE rege o complemento indireto, assim como a possibilidade de este constituinte ocupar a posição de sujeito em frases passivas (como no exemplo (9a)) resultam muito provavelmente da interferência das línguas bantas (cf. Gonçalves 1990:77ss). Nestas línguas, tal como em inglês, o chamado "objeto primário", equivalente ao complemento indireto em PE, é tipicamente um sintagma nominal e ocupa a posição adjacente à direita do verbo. À semelhança do que acontece com o complemento indireto, a transitivização de verbos preposicionados parece resultar da interferência das línguas bantas, onde os verbos agentivos selecionam tipicamente um complemento direto (cf. Gonçalves 2004).

❖ Papel semântico das preposições *a*, *em* e *com* na regência de complementos verbais  
As alterações das propriedades de seleção categorial dos verbos manifestam-se ainda na tendência a associar papéis semânticos específicos, diferentes dos do PE, a algumas preposições que regem complementos verbais. Estão neste caso as preposições *a*, *em* e *com*. Em PM, a preposição *a* é usada tipicamente com argumentos [+humano], de valor semântico específico e com a função de complemento direto em PE, que podem ser interpretados como beneficiário<sup>22</sup>. Exemplos:

- (10) a. PM: a filha do imperador amou *ao* Manuel (PE: *o Manuel*)  
b. PM: eles elogiam *a* uma pessoa (PE: *uma pessoa*)

Em PM e PA, a preposição *em* ou é usada com argumentos direcionais que em PE exigem as preposições direcionais *a* ou *para* (cf. (11)), ou ocorre com verbos que em PE selecionam um complemento direto com a função semântica de locativo (cf. (12))<sup>23</sup>:

<sup>21</sup> A fim de tornar esta descrição mais clara, optou-se por formar as frases passivas a partir das frases (6a), (7b) e (8b). Isto significa que, neste caso, não são fornecidos exemplos extraídos de *corpora* do PM ou do PA.

<sup>22</sup> Note-se que no castelhano, uma outra língua românica, também é usada esta preposição nestes contextos. Em PE, esta preposição ocorre em casos muito restritos, como em *amar a Deus* e *ao próximo* ou *louvar a Deus* (cf. Caps. 28 e 32).

<sup>23</sup> Para uma análise mais profunda do comportamento sintático dos complementos locativos e direcionais do PM, veja-se Carvalho (1991) e Gonçalves e Chimbutane (2004).

- (11) a. PM: chegou cedo *na* escola (PE: *à escola*)  
b. PM: o pai volta *em* casa às sete (PE: *para casa*)  
c. PA: quando você vem, vai *na* explicação (PE: *à explicação*)  
d. PA: e desde oitenta e cinco nunca mais voltou lá *no* Huambo? (PE: *ao Huambo*)
- (12) a. PM: visitei *no* museu de história natural (PE: *o museu*)  
b. PM: frequenta *na* escola primária (PE: *a escola*)

Quanto à preposição *com*, em PM, ela parece estar reservada ou para reger complementos de verbos que indicam 'separação' (exemplo (13a)), ou para selecionar o complemento agente da passiva (exemplo (13b)):

- (13) a. PM: jovens recém-casadas que se divorciam *com* os seus esposos (PE: *dos seus esposos*)  
b. PM: eu era muito mimada *com* os meus pais (PE: *pelos meus pais*)

❖ Regência de orações completivas verbais

Um outro fenómeno de relevo, em que há alteração das propriedades de seleção categorial dos verbos, diz respeito à regência de orações completivas verbais pelas preposições *de* e *para*<sup>24</sup>. A escolha destas preposições parece estar condicionada pela semântica do verbo que rege a oração completiva (cf. Issak 1998)<sup>25</sup>: em PM e em PA, a preposição *de* é usada geralmente com verbos declarativos simples, percetivos e de atividade mental, que requerem o verbo no modo indicativo (cf. (14))<sup>26</sup>. A preposição *para*, por seu lado, é usada, em geral, em PM com verbos de sentido diretivo, que requerem o verbo da oração completiva no modo conjuntivo (cf. (15))<sup>27</sup>:

- (14) a. PM: toda a gente *sabe de* que um dirigente *tem* direito de regalias (PE: *sabe que*)  
b. PM: *acho de* que esses alunos não *conhecem* o paradeiro dos seus familiares (PE: *acho que*)  
c. PA: conseguiu-se *ver de* que realmente a cistostomia *era* também endeme no nosso país (PE: *ver que*)  
d. PA: conseguimos *constatar de* que das dezoito províncias, quinze províncias *são* endémicas (PE: *constatar que*)
- (15) a. PM: Que ideia tem, caro leitor, *ao sugerir para* que se *pare* com o recrutamento? (PE: *sugerir que*)  
b. PM: *disseram-me para* que *fizesse* um documento empréstimo (PE: *disseram-me que*)

<sup>24</sup> O fenómeno de inserção da preposição *de* é designado "dequeísmo" (cf. Cap. 36 sobre este tópico).

<sup>25</sup> Os exemplos (14)-(16) foram extraídos da revista *Tempo*, apud Issak (1998).

<sup>26</sup> Em Duarte et al. (1999:478) assinala-se ainda a ocorrência, em PM, de frases em que a preposição *de* introduz orações completivas não finitas em frases copulativas. Exemplos: *já é difícil de largar tudo aquilo; a nossa tendência foi de verificar se de facto as armadilhas eram ou não nossas*.

<sup>27</sup> Note-se que, em PE, os verbos *pedir* e *dizer* com sentido diretivo têm um complemento oracional infinitivo também regido por *para*. Exemplo: *Disseram-me/pediram-me para fazer um documento novo*.

Vale a pena ressaltar que este fenómeno se verifica igualmente em verbos do PE que não selecionam complementos frásicos, e que, em PM, passam a selecionar este tipo de complementos, como se ilustra em (16):

- (16) a. PM: aproveito a oportunidade de *atualizar de* que a fábrica encara dificuldades (PE: *informar*)  
 b. PM: o funcionário *orientou-nos para* que passássemos pela porta traseira (PE: *deu orientações*)

❖ Verbos auxiliares

Um último fenómeno que merece ser incluído nesta tipologia de alterações de propriedades de seleção categorial dos verbos é a tendência, ilustrada em (17), a omitir a preposição *a* requerida por verbos auxiliares do PE como *começar (a)*, *estar (a)*, entre outros<sup>28</sup>:

- (17) a. PM: *continuo suspeitar* que ela está doente (PE: *continuo a suspeitar*)  
 b. PA: Estou estudar (PE: *estou a estudar*)

Os diferentes fenómenos aqui apresentados, que envolvem alterações das propriedades de seleção categorial dos verbos, parecem indicar que, em PM e em PA, há uma tendência a reter as preposições plenas e semanticamente interpretáveis do PE, com o conseqüente abandono daquelas que parecem ter um papel secundário<sup>29</sup>. Pode, assim, admitir-se que os fenómenos de supressão *versus* conservação das preposições que regem complementos verbais decorrem não de tendências contraditórias, mas de uma reanálise do papel das preposições do PE.

❖ Uso dos pronomes do paradigma reflexo em frases não reflexas

Em PM, o uso do pronome *se* (e outros pronomes do paradigma reflexo) com verbos em frases não reflexas sofre alterações importantes.

❖ Supressão do pronome reflexo

Em primeiro lugar, verifica-se a tendência para a supressão do pronome reflexo nas construções intransitivas de natureza incoativa, que alternam tipicamente com uma construção transitiva de natureza causativa, como *afundar vs. afundar-se* (cf. PE: *afundámos o navio vs. o navio afundou-se*). Estão neste caso *assustar vs. assustar-se*, *sobressaltar vs. sobressaltar-se*, *divertir vs. divertir-se*, *estragar vs. estragar-se*, *cansar vs. cansar-se*, etc. Contudo, o fenómeno é mais geral, pois ocorre igualmente com verbos de outras classes semânticas que em PE se constroem com *se* como *aproximar-se*, *deslocar-se*, *mover-se*, *sentar-se*, *deitar-se*,

<sup>28</sup> Note-se que, contrariando esta tendência, o verbo auxiliar *chegar* é frequentemente usado com a preposição *de*. Exemplos: PM: *não cheguei de aprender nada* (PE: *cheguei a*); PA: *não cheguei de acabar a minha tropa* (PE: *cheguei a*).

<sup>29</sup> Não se pode incluir nesta generalização o caso da preposição *a*, que, por um lado, aparece suprimida com complementos indiretos do PE (cf. (6)), e, por outro lado, ocorre associada a argumentos com o traço [+humano], com a função de complemento direto em PE (cf. (10)). De acordo com Gonçalves (1990:195), em PM, a presença desta preposição com este tipo de argumentos pode ser interpretada como estratégia de «ênfatização do papel semântico atribuído a complementos [+humano]». Para uma análise mais aprofundada deste fenómeno, veja-se Gonçalves (1990:87ss).

*prolongar-se*, *atrasar-se* (= 'chegar tarde'), etc. (cf. Caps. 13 e 28). Os exemplos de (18) ilustram estes dois tipos de alterações:

- (18) a. PM: ouvi um ruído e *assustei* (PE: *assustei-me*)  
 b. PM: eu lá trabalhava simplesmente para *divertir* (PE: *me divertir*)  
 c. PM: *movíamos* de um lado para o outro (PE: *movíamos-nos*)  
 d. PM: aquilo passou não *prolongou* (PE: *se prolongou*)

❖ Inserção do pronome reflexo

Em segundo lugar, e em aparente contradição com o fenómeno que acaba de ser referido, há verbos que se constroem em PM, mas não em PE, com o pronome *se* (ou outro do paradigma reflexo). De um modo mais particular, verifica-se que este pronome é inserido junto de verbos que descrevem experiências psicológicas (como *troçar*, *desconfiar*, *simpatizar*, etc.) ou físicas (como *aguentar*, *resistir*, etc.) da entidade designada pelo sintagma nominal sujeito. Os dados disponíveis mostram que o uso deste pronome *se* destina a assinalar que a entidade designada por esse SN é afetada pela ação descrita pelo verbo (cf. Gonçalves 1990:309ss):

- (19) a. PM: parecia *troçar-se* dele (PE: *troçar dele*)  
 b. PM: uma pessoa já não *se aguenta* a jogar (PE: *não aguenta*)

#### 7.2.4.2 Fenómenos sintáticos

Os fenómenos mais puramente sintáticos que distinguem o PM e o PA do PE incluem (i) alterações dos padrões de ordem dos pronomes pessoais átonos; (ii) a adição de regras diferentes de distribuição dos nomes simples; (iii) alterações a nível de diferentes estruturas de subordinação.

❖ Padrões de ordem dos pronomes pessoais átonos

No que diz respeito aos padrões de ordem dos pronomes pessoais átonos, salienta-se em primeiro lugar a tendência, em PM, a adotar a ênclise em contextos que, de acordo com a norma europeia, exigem a próclise, como se ilustra em (20):

- (20) a. PM: há pessoas *que* opõem-se à religião (PE: *que se opõem*)  
 b. PM: sim, *tudo* experimenta-se (PE: *tudo se experimenta*)  
 c. PM: eu *só* farto-me de rir (PE: *só me farto*)

No que se refere ao PA, embora se registre ainda uma grande instabilidade na colocação dos pronomes átonos, sobretudo na linguagem coloquial, os dados recolhidos sugerem que, por um lado, existe a tendência a adotar o padrão próclítico em frases em que não estão presentes atratores da próclise (cf. (21)), e que, por outro lado, é adotado o padrão enclítico em orações subordinadas (cf. (22a)) assim como em frases contendo um advérbio de negação (cf. (22b))<sup>30</sup>:

- (21) a. PA: *te* vi ontem no Roque (PE: *vi-te*)  
 b. PA: professora, *se* diz "cobarde" ou "covarde"? (PE: *diz-se*)

<sup>30</sup> Exemplos extraídos de Miguel (2003). Note-se que todas as frases aqui apresentadas foram produzidas por falantes com um nível de instrução médio ou superior.

- (22) a. PA: *o que* surpreendeu-nos é que esta questão... (PE: *o que nos surpreendeu*)  
 b. PA: ontem *não viste-me?* (PE: *não me viste*)

❖ Uso dos pronomes pessoais átonos com formas verbais complexas

Quanto aos casos em que os pronomes pessoais átonos são usados com formas verbais complexas (formadas por um verbo auxiliar ou semiauxiliar finito e um verbo principal numa forma não finita), verifica-se que, em PM, exibem um padrão diferente do PE, sendo difícil determinar se estão em ênclise ao verbo auxiliar (cf. *tinham-nos dado* (23a); *ia-me sentir* (23b) e *podes-me ajudar* (23c)) ou se estão em próclise ao verbo principal (cf. *tinham nos-dado* (23a); *ia me-sentir* (23b) e *podes me-ajudar* (23c)):

- (23) a. PM: trocámos aquela roupa que eles tinham *nos* dado (PE: *nos tinham dado*)  
 b. PM: eu penso que ia *me* sentir muito perdida (PE: {*me ia sentir/ia sentir-me*})  
 c. PM: eu sei que *podes me* ajudar (PE: {*me podes ajudar/podes ajudar-me*})

Exemplos como (24), em que existe uma preposição entre o verbo semiauxiliar finito e o verbo principal no infinitivo, podem vir a dar uma pista no sentido de resolver esta questão:

- (24) a. PM: começou *a me* proibir de treinar (PE: *começou a proibir-me*)  
 b. PM: são os métodos que estão-se *a* utilizar agora (PE: *se estão*)

Nestas frases, é já possível estabelecer claramente que o pronome pessoal é proclítico (cf. (24a)) ao verbo principal *proibir* ou enclítico ao verbo auxiliar *estão* (cf. (24b)). Os dados atualmente disponíveis, contudo, são ainda escassos, não permitindo validar qualquer destas hipóteses.

Quanto ao PA, os dados disponíveis parecem mostrar uma tendência a colocar o pronome pessoal em ênclise ao verbo auxiliar ou semiauxiliar (Miguel 2003:102), como se ilustra em (25)<sup>31</sup>:

- (25) a. sabes porque é que estou-*te* a ligar? (PE: *que te estou a ligar* ou *que estou a ligar-te*)  
 b. se tivessem-*me* dito... (PE: *se me tivessem dito*)

❖ Distribuição de sintagmas nominais reduzidos

Quanto às regras de distribuição de sintagmas nominais reduzidos (i.e., sintagmas nominais constituídos apenas pelo seu núcleo nominal, com ou sem complementos e/ou modificadores, mas sem especificadores; cf. Cap. 20) em PM e em PA, verifica-se que, quando têm um valor genérico, estes podem ocorrer no singular em contextos que em PE requerem a sua flexão no plural, como se ilustra em (26):

- (26) a. PM: faço *bebida* (PE: *bebidas*)  
 b. PM: aqui já posso dizer que há *carteira* (PE: *carteiras*)  
 c. PA: Malange é uma região muito rica, não é? Tem *diamante* (PE: *diamantes*)

<sup>31</sup> Exemplos extraídos de Miguel (2003). Note-se, contudo, que, em PA, como ilustra a frase *é o embaixador meu amigo que veio me dizer*, ocorrem frases em que existe a mesma ambiguidade, já assinalada para o PM, relativamente ao verbo hospedeiro do pronome pessoal.

Por outro lado, pode assinalar-se o uso alargado de sintagmas nominais reduzidos (cf. Duarte et al. 1999) em contextos que em PE exigem a presença do artigo definido. Exemplos:

- (27) a. PM: disseram-nos para apertar *cinto* (PE: *o cinto*)  
 b. PM: baixar *preço*, também acho que não é solução (PE: *o preço*)  
 c. PA: a medida está a prejudicar *atividade* piscatória (PE: *a atividade*)  
 d. PA: só fica *madrasta* e a minha irmã (PE: *a madrasta*)

❖ Estruturas de subordinação

❖ Orações relativas

Nas alterações que afetam as orações subordinadas em PM e em PA, destaca-se em primeiro lugar a construção de orações relativas (cf. Cap. 39), com recurso à estratégia com pronome de retoma (cf. (28)) ou à estratégia cortadora (cf. (29))<sup>32</sup>. Em qualquer dos casos, o introdutor das orações relativas é o pronome relativo *que*<sup>33</sup>:

- (28) a. PM: foi um amigo *que* conheci-o logo que cheguei (PE: *que conheci*)  
 b. PM: usei o apagador *que* apagamos o quadro *com ele* (PE: *com que apagamos o quadro*)  
 c. PA: Padre Horácio que tem um centro *que* as crianças podem viver *lá* (PE: *onde as crianças podem viver*)  
 (29) a. PM: na banca *que* ela comprou o tomate estava mais barato (PE: *em que*)  
 b. PM: o emissário não chegou no momento *que* se esperava por ele (PE: *em que*)  
 c. PA: é uma profissão *que* se fala da beleza (PE: *em que*)  
 d. PA: Nga Xixi sorria [...] a lembrar a conversa *que* nem deu importância (L. Vieira, *Luuanda*, pág. 33) (PE: *a que*)

❖ Introdutores de orações subordinadas

Quanto à escolha dos introdutores de orações subordinadas, em PM e em PA destaca-se a tendência a formar locuções conjuncionais não canónicas em PE, como se ilustra em (30):

- (30) a. PM: estou a tentar ser música *embora que* não sou conhecida (PE: *embora não seja conhecida*)  
 b. PM: *mal que* toma banho já quer jantar (PE: *mal toma banho*)  
 c. PA: havia tudo isso *embora que* houvesse uma administração portuguesa (PE: *embora houvesse*)

<sup>32</sup> Nas duas estratégias, o único elemento em posição inicial da oração relativa é invariavelmente o pronome relativo *que*; na estratégia com pronome de retoma, o pronome relativo é retomado no interior da oração relativa por um pronome (*o* em (28a), *ele* em (28b)) ou por um advérbio (*lá* em (28c)), precedidos por uma preposição, se esta for exigida pela regência do verbo; na estratégia cortadora, nenhum elemento retoma o pronome dentro da oração relativa (cf. Cap. 39). Note-se que, em PA, parece ainda haver a tendência a construir orações relativas sem introdutor, uma estrutura praticamente ausente no discurso de falantes adultos de PM. Exemplo: *são cães estatais comem todos os dias* (M. Rui, *Quem me dera ser onda*, pág. 67) (PE: *cães estatais que comem*).

<sup>33</sup> Os exemplos (28a,b) provêm de redações de alunos do ensino secundário, apresentadas em Chimbutane (1998).

Em PA, por seu lado, parece ainda haver a tendência a não preencher lexicalmente a posição de complementador de orações completivas verbais, um fenómeno pouco relevante em PM, como se ilustra em (31):

- (31) a. PA: Vimos pelas horas era um pouco tarde (PE: *vimos* [...] *que era*)  
 b. PA: este povo não é traidor, mas precisa de ver a guerra está a sair mal ao tuga (Pepetela, *Mayombe*, pág. 127) (PE: *ver que a guerra*)  
 c. PA: fingi queria comprar o relógio (B. Cardoso, *Fogo*, pág. 32) (PE: *fingi que queria*)

❖ Encaixe do discurso direto

No encaixe do discurso direto, o aspeto que mais se salienta em PM é a presença do complementador *que*, o qual só é usado em PE como introdutor do discurso indireto. Este facto é ilustrado em (32):

- (32) a. PM: O presidente afirmou *que* não sei. Não conheço e não tenho plano. (*Notícias*) (PE: *afirmou que não sabia* ou *afirmou: "Não sei."*)  
 b. PM: Ismail Mussagy diz *que* "eu acho que todos os comerciantes sentem que é necessário continuar". (*Notícias*) (PE: *diz que ele acha que todos* [...] ou *diz: "Eu acho que todos* [...]")  
 c. PM: só ouviam de *que* "ah existe a ilha da Juventude" (entrevista oral) (PE: *ouviam que existia a ilha* [...] ou *ouviam: "Ah! existe a ilha* [...]")

Como se nota, a presença do complementador não desencadeia nem alterações na flexão do verbo em pessoa ou tempo, nem a substituição dos elementos dêiticos presentes nas frases do discurso direto<sup>34</sup>. Estes dados parecem indicar que o complementador *que* é usado para assinalar o início de uma predicação produzida por um novo locutor, sem que a sua presença desencadeie necessariamente as operações gramaticais requeridas pela gramática do PE.

### 7.2.5 Aspetos morfossintáticos

As alterações registadas nesta área gramatical incluem (i) o uso do infinitivo flexionado e do modo indicativo em contextos excluídos pelo PE; (ii) o uso do pronome clítico *lhe* com valor de objeto direto; (iii) o enfraquecimento da morfologia flexional verbal e nominal; (iv) a neutralização das diferentes formas de *que* o PE dispõe para a referência à 2.<sup>a</sup> pessoa.

❖ Uso do infinitivo flexionado e do modo indicativo

No que diz respeito à utilização do infinitivo flexionado, verifica-se que este ocorre mais sistematicamente em PM do que em PE (cf. Duarte et al. 1999), quer se trate de orações completivas infinitivas (cf. (33)) quer de verbos principais regidos por um verbo auxiliar ou semiauxiliar numa perífrase verbal (cf. (34)). Este fenómeno ocorre em geral no discurso oral ou escrito de falantes instruídos:

<sup>34</sup> É de destacar que, quer se trate do registo escrito quer do discurso oral, são usadas estratégias que denotam que os falantes reconhecem que se trata do discurso direto (e não de discurso indireto): em (32a), foram usados caracteres em negrito; em (32b), usaram-se aspas; em (32c) houve mudança de entoação, graficamente representada através de aspas.

- (33) a. PM: as pessoas preferem *ganharem* naquela hora mesmo (PE: *ganhar*)  
 b. PM: os professores não conseguem *darem* as aulas (PE: *dar*)  
 (34) a. PM: os chefes deviam *criarem* condições (PE: *criar*)  
 b. PM: fizeram isso para as duas pessoas poderem *conhecerem-se* (PE: *conhecer-se*)

Relativamente ao modo indicativo, as alterações relevantes registadas em PM e em PA dizem respeito ao seu uso em contextos que em PE requerem o modo conjuntivo, nomeadamente frases introduzidas pelo advérbio *talvez* (cf. (35a)) e diferentes tipos de orações subordinadas (relativas (cf. (35b,c)), adverbiais (cf. (35d,e)) e completivas (cf. (35f)):

- (35) a. PM: *talvez* eu *tenho* vocação (PE: *tenha*)  
 b. PM: não há *ninguém* que *fica* satisfeito (PE: *fique*)  
 c. PA: Não há vigilantes que *obrigam* os alunos a irem às aulas? (PE: *obriguem*)  
 d. PM: *embora* *que* eu *sou* mais novo, posso dar uma opinião (PE: *embora eu seja*)  
 e. PA: então damos o medicamento *para que* o paciente *toma-o* em casa (PE: *tome*)  
 f. PA: eu *espero* que muitos jovens também não *roubam* (PE: *roubem*)

❖ Uso do pronome clítico *lhe*

Em PM e em PA, a forma dativa do pronome pessoal de 3.<sup>a</sup> pessoa ocorre frequentemente em contextos que em PE exigem as formas acusativas *o* e *a*<sup>35</sup>. Por outras palavras, em PM e em PA o pronome clítico *lhe* pode assumir também a função de complemento direto, como se ilustra em (36)<sup>36</sup>:

- (36) a. PM: levam a miúda para o quarto, *vestem-lhe* (PE: *vestem-na*)  
 b. PA: a minha mãe diz que *lhe* vão buscar e *lhe* vão levar todos os dias (PE: *a vão*)

Este fenómeno, que se regista de modo generalizado no discurso oral e escrito, é mais frequente naqueles casos em que o pronome pessoal tem um referente com o traço [+humano] (cf. Gonçalves 1990:151ss).

❖ Morfologia flexional verbal e nominal

Em PM e em PA, existe uma tendência para o enfraquecimento da morfologia verbal de pessoa e número. Assim, muitos falantes do PM com um baixo nível de instrução preferem usar a forma gramatical da 3.<sup>a</sup> pessoa do singular em casos nos quais o sujeito é semanticamente da 1.<sup>a</sup> pessoa do singular ou da 3.<sup>a</sup> pessoa do plural, como se ilustra em (37). Desta forma, o paradigma do presente do indicativo do verbo *trabalhar*, p.e., é o seguinte: *eu trabalha, tu trabalhas, ele trabalha, nós trabalhamos, eles trabalha*.

<sup>35</sup> De acordo com os dados disponíveis, extraídos de recolhas orais ou de textos literários, em PA o pronome *ele(s)/ela(s)* também pode ocorrer associado à função de complemento direto. Exemplos: *eu convido ela para ir na escola* (dados orais, de Miguel 2003); *Quando levámos ele na escola* (M. Rui, *Quem me dera ser onda*). Em PM, o uso desta forma pronominal regista-se em contextos muito restritos, nomeadamente em orações infinitivas subordinadas a verbos causativos e de percepção, nas quais a preposição *a* precede o verbo no infinitivo. Exemplos: *gostávamos de ver ele a cantar; eu ouvi ela a procurar*.

<sup>36</sup> O exemplo do PA foi extraído de Miguel (2003).

- (37) a. PM: como eu *trabalha*, não *tem* tempo (PE: *trabalho ... tenho*)  
 b. PM: ultimamente os casamentos não *dura* (PE: *duram*)  
 c. PA: se meus clientes *quer* pão eu *fia* mesmo (PE: *querem ... fio*)

De acordo com os dados extraídos de textos literários, em PA parece ser também frequente o uso da morfologia verbal da 3.<sup>a</sup> pessoa do singular com sujeito semântico da 2.<sup>a</sup> pessoa do singular, como se mostra em (38):

- (38) a. tu *vai* pagar tudo o que me fizeste (U. Xitu, *Vozes*, pág. 60) (PE: *vais*)  
 b. tu *quer* mesmo ir com aquele rapaz? (U. Xitu, *Vozes*) (PE: *queres*)

No que se refere aos fenómenos registados na área da concordância nominal, verifica-se que, em PM e em PA, os elementos antepostos ao núcleo nominal (artigos, pronomes possessivos e quantificadores) concordam, em muitos casos, em género e número com esse núcleo (cf. os elementos sublinhados de (39) e (40)). Contudo, no discurso de falantes com escolaridade baixa, é frequente o cancelamento de marcas de género e/ou número no SN nos elementos pospostos ao núcleo nominal, em geral adjetivos com função atributiva ou predicativa, como se ilustra em (39) e (40):

- (39) Função atributiva  
 a. PM: é uma cidade mais ou menos *idêntico* à de Maputo (PE: *idêntica*)  
 b. PA: abriu a *cancela* *pequeno* do fundo do quintal (L. Vieira, *Luuanda*) (PE: *pequena*)
- (40) Função predicativa  
 a. PM: as *condições* não estão nada *bom* (PE: *boas*)  
 b. PA: a *cerveja* está *caro* (PE: *cara*)

Ainda no âmbito dos fenómenos de concordância nominal, em PM e em PA registam-se também casos de cancelamento das marcas de número dos nomes (cf. (41)). Este fenómeno é mais frequente no discurso de falantes com escolaridade baixa<sup>37</sup>:

- (41) a. PM: meus *neto* são dezasseis *neto* (PE: *netos ... netos*)  
 b. PM: há muitas *dificuldade* nas escola (PE: *dificuldades ... escolas*)  
 c. PA: eu trabalhava lá com os *filipino* (PE: *filipinos*)  
 d. PA: foi feito análise dessas *amostra* (PE: *amostras*)

❖ Formas de tratamento da segunda pessoa

A finalizar esta apresentação de alguns aspetos morfossintáticos do PM e do PA, refira-se a tendência a neutralizar as diferentes formas de que o PE dispõe para o tratamento da 2.<sup>a</sup> pessoa, *tu/você/senhora*. Em PM e em PA, esta neutralização manifesta-se de diferentes formas. Assim, em primeiro lugar, verifica-se a tendência a abandonar a forma da 2.<sup>a</sup> pessoa do singular do imperativo, sendo usadas, em seu lugar, as formas do conjuntivo que coocorrem com os pronomes *você/vocês* em PE (cf. (42)). Este fenómeno está generalizado à maioria dos falantes, podendo ocorrer no discurso oral ou escrito de falantes instruídos:

<sup>37</sup> É possível que este cancelamento dos sufixos flexionais de número dos nomes esteja relacionado com o facto de as línguas bantas serem línguas de flexão prefixal. Pode assim supor-se que, para os falantes que produzem este tipo de estruturas, seja suficiente a marcação do plural apenas nos elementos que antecedem os nomes.

- (42) a. PM: Jovem universitário, *procure* o teu lugar nas seis semanas de eleições.<sup>38</sup> (PE: *procura o teu lugar* ou *procure o seu lugar*)  
 b. PM: *Queres* ganhar um fato de treino? *Vá* agora ao Jardim Tunduru. (aviso in *Notícias*) (PE: *queres ... vai* ou *quer ... vá*)  
 c. PA: Consulte as listas. Angola conta contigo. (CA, anúncio in *Jornal de Angola*) (PE: *consulta ... contigo* ou *consulte ... consigo*)

Uma segunda evidência da neutralização das formas destinadas ao tratamento da 2.<sup>a</sup> pessoa consiste na coocorrência, numa mesma frase, da forma *você* e de formas verbais ou de pronomes pessoais e possessivos da 2.<sup>a</sup> pessoa do singular, como se ilustra em (43) (cf. Gonçalves et al. 1998):

- (43) a. PM: se *arrancas* o salário *você vai* passar mal (PE: *arranca*)  
 b. PM: *você* não *tinha* nada que falar, não é *teu* irmão (PE: *seu irmão*)  
 c. PM: *você* vai mandam-*te* ir numa montanha (PE: *mandam-no*)  
 d. PA: a *tua* vizinha diz que *você* saiu tarde<sup>39</sup> (PE: *sua vizinha*)  
 e. PA: aí *você* cultiva vai nas *tuas* lavra (PE: *suas lavras*)

De uma forma geral, as formas verbais concordam em pessoa com a forma *você* (cf. *você vai* (43a), *você tinha* (43b) e *você saiu* (43c)). Contudo, embora menos frequente, também se verifica o uso do pronome *você* associado à forma verbal da 2.<sup>a</sup> pessoa do singular:

- (44) a. PM: *você* é que *fizeste*? (PE: *fez*)  
 b. PA: *queres* que eu te dou mais dinheiro, se *você* ainda não me *pagaste* (PE: *pagou*)<sup>40</sup>

### 7.2.6 Considerações finais

Conforme se disse no início, este capítulo teve como principal objetivo contribuir para o conhecimento do português em África, e não apresentar um estudo exaustivo de todas as variedades africanas do português.

Embora se considere que a caracterização do PM e do PA aqui apresentada proporciona uma visão adequada das propriedades das suas gramáticas que apresentam caráter mais estável e regular, não se pode deixar de assinalar alguns limites desta caracterização. Estes limites decorrem de vários fatores, entre os quais se salienta o facto, já aqui referido, de estas variedades só terem começado a ganhar um formato mais consistente no último quartel do séc. XX. Por essa razão, a literatura científica produzida sobre elas tem também uma história recente. Este contexto histórico pode afetar a qualidade das descrições das variedades africanas do português, que podem apresentar algumas lacunas ou até deficiências, quer porque ainda não foram detetados e descritos pelos investigadores aspetos relevantes destas variedades quer porque os estudos realizados sobre elas não foram suficientemente divulgados<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> Aviso afixado numa faculdade.

<sup>39</sup> Frase do discurso oral (Miguel 2003).

<sup>40</sup> Frase do discurso oral (Miguel 2003).

<sup>41</sup> A título de exemplo, refira-se que, na altura em que este capítulo foi entregue para publicação, apenas existia um estudo que apresentava uma visão panorâmica da investigação realizada sobre o PM, com base em menos de 200 títulos (cf. Maciel e Pascoal 2002). A bibliografia sobre o PM, atualmente disponível em linha (cf. Nota 11), contém o dobro de títulos.

No momento atual, a pesquisa sobre as variedades africanas do português constitui um desafio para os investigadores, que são constantemente confrontados com novos fenómenos ou com novas abordagens, que obrigam a rever e reavaliar as suas descrições de forma dinâmica.

### Fontes das abonações

B. Cardoso, *Fogo* – Cardoso, Boaventura (1980) *O fogo da fala*. Lisboa. Edições 70.

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. <http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>:

CA – *Corpus África*:

*Corpus oral*.

*Jornal de Angola*.

*Corpus Gonçalves* – Gonçalves, Perpétua (1990) *A gramática de Português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos. Anexo – Corpus*. Universidade de Lisboa. (dissertação de doutoramento).

*Corpus PPOM* – *Corpus do projecto Panorama do Português Oral de Maputo*.

L. Vieira, *Luuanda* – Vieira, Luandino (1965) *Luuanda*. Belo Horizonte. Editora Eros.

M. Rui, *Quem me dera ser onda* – Rui, Manuel (1982) *Quem me dera ser onda*. Luanda. Edições 70.

*Música tradicional – Música tradicional em Moçambique* (1980) Gabinete de Organização do Festival da Canção e Música Tradicional. Maputo. Imprensa Nacional.

*Notícias* (jornal de Moçambique).

Pepetela, *Mayombe* – Pepetela (1980) *Mayombe*. Lisboa. Edições 70.

U. Xitu, *Vozes* – Xitu, Uanhenga (1980) *Vozes na sanzala*. Lisboa. Edições 70.